

O MOVIMENTO RURALISTA EM GOIÁS

BARSANUFO GOMIDES BORGES

Professor Titular do Programa de Mestrado em
História das Sociedades Agrárias da UFG.

O presente trabalho analisa a organização e reprodução da sociedade agrária goiana, mais especificamente dos grandes produtores de gado de corte do Estado de Goiás. No início dos anos 40, esse setor hegemônico da economia regional formalizou a criação da Sociedade Goiana de Pecuária (SGP), entidade de classe que nasceu no bojo da legislação sindical varguista e se enquadrou no formato corporativo do Estado Novo. Ajustado ao perfil das relações Estado e sociedade civil no Brasil do pós-30, o movimento associativo dos produtores rurais tornou-se órgão de colaboração com as autoridades na solução de problemas relacionados aos negócios do boi. A SGP surgiu como agência representante dos interesses dos grandes proprietários de terra e tornou-se um canal de acesso às esferas de poder. A associação representa o setor da pecuária integrado ao mercado e sustenta um discurso modernizador da produção agrária, promovendo congressos e exposições de animais visando aumentar a produtividade no campo. Todavia, o *movimento ruralista* goiano defende posições ideológicas reacionárias e se posiciona, historicamente, contra quaisquer mudanças na estrutura agrária do Estado.

“A pecuária sempre foi a fonte geradora de riqueza, e nela teve base a fortuna particular nos sertões, ao ponto de se formar uma verdadeira “aristocracia rural”. Foram sempre os negócios do gado o melhor meio de vida do sertanejo. Seja criador, invernista ou negociante de gado. A não ser as crises periódicas e as epizootias, nada perturba a marcha triunfal dessa atividade”¹.

Esse discurso expressa bem o papel histórico desempenhado pela pecuária em Goiás. Chegou-se a discutir, na historiografia regional dos anos 70, a chamada *vocação pastoril* do Estado tendo em vista que essa atividade econômica dominante sucedeu a mineração e manteve um certo nível de renda na economia goiana desde o início do século XIX. Para Bertran (1978:113), o predomínio da pecuária deve ser visto como uma fatalidade a que Goiás foi forçado, mais pela míngua de população, de capital e de terras de cultura do que pelo seu caráter inato.

Admitir o predomínio da atividade pastoril na economia agrária goiana apenas como fatalidade natural e histórica, como concebe o autor, é desconhecer a lógica da organização da produção pecuária e as relações econômicas inter-regionais que a envolviam desde o século XIX. Na realidade o predomínio da atividade pastoril em Goiás não foi decorrência apenas de condições agrônômicas ou históricas. Resultou, entre outros fatores, da forma pela qual a economia agrária estava organizada e inserida na divisão regional do trabalho. A subordinação da produção ao mercado e a sua condição de atividade complementar da economia de São Paulo, forjaram um tipo de especialização no campo que privilegiou a produção de certos bens primários de menor custo e de maior demanda no mercado, especialmente o gado de corte.

Como se observa, não é que Goiás tenha uma *vocação pastoril*, na realidade desenvolveu-se no Estado uma “cultura do boi” historicamente construída e estruturada numa economia de base agrária dependente do mercado “externo”, principalmente do Sudeste do país.

O rebanho bovino goiano alcançava no início dos anos 40 aproximadamente três milhões de cabeças e o Estado exportava cerca de 300 mil animais de corte ao ano². Em 1950 esse rebanho aproximava-se aos quatro milhões de cabeças e em 1956 já ultrapassava os seis milhões³. Os números mostram, portanto, um rápido crescimento quantitativo da pecuária regional. Nesse período, Goiás passou a ocupar a quinta posição na produção bovina nacional, atrás dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Nas regiões sul e sudoeste estava o maior e o melhor gado *vacum* do Estado, aproximadamente dois milhões de cabeças em 1950⁴. A produção pecuária dessas regiões estava integrada ao mercado e a proximidade com o Triângulo Mineiro facilitava a exportação do gado de corte, bem como a importação de melhores raças para o aprimoramento genético do rebanho regional. Esse quadro das relações comerciais inter-regionais tende a mudar-se a partir dos anos 40. A interligação do território goiano com o Estado de São Paulo pela construção de estradas e da ponte Mendonça Lima no Rio Grande, em 1943, abriu-se uma nova rota de exportação do gado produzido em Goiás sem a intermediação de comerciantes mineiros. As boiadas passaram a ser conduzidas por terra e vendidas diretamente aos frigoríficos paulistas (Borges, 2000:111).

O rápido crescimento extensivo da pecuária e os problemas técnicos e financeiros que envolviam o setor agrário, levaram os grandes fazendeiros a se organizarem na defesa de seus interesses. No início dos anos 40, criou-se a Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) entidade de classe que marcou o início do *movimento ruralista* em Goiás e uma certa “politização” da economia agrária regional.

A SGP foi criada em meio a um clima político e ideológico de euforia que envolvia a classe dominante do Estado de Goiás desde o *Movimento de 30*. O “discurso modernizador” que permeava as ações políticas dos novos donos do poder chegava ao campo e envolvia os grandes produtores rurais. A entidade de classe, na qualidade de agência formalizadora das demandas do setor agrário hegemônico, configurava-se como canal de acesso desse segmento social às esferas de poder. O estudo adensado desse movimento associativo pode explicitar aspectos fundamentais do processo de organização e reprodução da sociedade agrária goiana.

A formalização da criação da Sociedade de Goiana de Pecuária, em 19 de maio de 1941, fez parte das festividades de inauguração da nova capital do Estado. A solenidade realizada no automóvel clube de Goiânia contou com a presença de autoridades e dos principais grupos econômicos de Goiás. O discurso de implantação da entidade de classe foi proferido pelo jornalista Joaquim Câmara Filho proprietário de *O Popular*, o principal jornal do Estado⁵. Nessa época, o projeto político do grupo no poder liderado pelo Interventor, Pedro Ludovico Teixeira, apresentava seus primeiros resultados. A política da *Marcha para Oeste*, principal bandeira ideológica do governo Vargas, resultava em algumas ações concretas que incrementavam a ocupação do Brasil Central com a implantação de estradas, a construção de Goiânia e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

Com sede em Goiânia, a SGP fez da jovem capital – o novo espaço de poder político no Estado - a sede dos negócios do boi em Goiás. Líderes pecuaristas das diversas regiões do Estado se associaram ao movimento. A entidade de classe surgiu com cerca de 30 mil sócios, a maioria grandes pecuaristas. Para a liderança ruralista, a Sociedade Goiana de Pecuária visava congregiar criadores e comerciantes de gado na defesa dos negócios da pecuária⁶.

Pela composição social do movimento associativo, observa-se que a maioria dos empresários e profissionais liberais goianos eram fazendeiros ou tinham alguma relação

com os negócios da pecuária. O fundador e primeiro presidente da SGP, Altamiro de Moura Pacheco, era médico e pecuarista; o secretário geral da entidade, Joaquim Câmara Filho, era empresário de comunicação e fazendeiro. Assim, a maioria dos pecuaristas associados estava, direto ou indiretamente, ligada a outros ramos de negócio como comércio, banco, imprensa, etc.

A criação do *movimento ruralista* goiano foi notícia na imprensa nacional. O Correio da Manhã, na sua edição de 31 de julho de 1941, afirmava: “*Como se vê, foi muito oportuna a fundação, em Goiânia, em maio último, da Sociedade Goiana de Pecuária, que pretende congrega todos os pecuaristas goiano, defendendo os interesses da classe, promovendo e patrocinando iniciativas, no objetivo de desenvolver e melhorar os rebanhos goianos. (...) Tendo, desde de já, o apoio dos pecuaristas e do governo estadual, a Sociedade Goiana de Pecuária articula-se também com o Ministério da Agricultura, de modo que realizarão, doravante, reunindo todos os esforços oficiais e particulares, com o que haverá maiores possibilidades de êxito completo e mais imediato*”⁷.

Na análise do mundo rural brasileiro da Primeira República, Mendonça (1997:177-178) afirma que a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) constituiu-se em demonstração evidente da necessidade de estudos mais freqüentes e adensados acerca da história dos processos de organização e reprodução da classe dominante no Brasil. As diversas modalidades de conversão do capital econômico em capital político, a importância da acumulação de capital cultural para a hegemonia de classe, fazem do associativismo um objeto privilegiado para a análise da dinâmica de relacionamento entre os distintos segmentos de proprietários em geral.

A autora afirma que na qualidade de agência formalizadora da representação de interesses de setores agrários da classe dominante em situação secundária na articulação do bloco no poder, a SNA configura-se, para o período, em caso paradigmático, perante a sua condição de matriz de uma rede nacional de instituições congêneres. Seu estudo explicita aspectos fundamentais e pouco trabalhados quanto às demandas, práticas e conflitos, nem sempre revelados no nível do processo político-partidário tal como este tem sido analisado, configurando para a sua atuação um eixo alternativo de poder na Primeira República.

Este referencial analítico pode ajudar na compreensão da atuação política e ideológica da Sociedade Goiana de Pecuária. Goiás continuou sendo um Estado agrário no pós-30 e a pecuária a atividade econômica dominante. Tal como a Sociedade Nacional da Agricultura na Primeira República que representava os interesses dos grandes produtores rurais, principalmente dos cafeicultores do Sudeste do país, a SGP constituiu-se na principal agência representante dos interesses econômicos e ideológico do setor agrário dominante e participa ativamente na articulação do bloco no poder em Goiás.

No que diz respeito à atuação ideológica da SGP, a entidade de classe seguiu de perto suas congêneres nacionais. Os mecanismos recomendados como capazes de dinamizar e “regenerar” a agropecuária se conformam, via de regra, mediante a atribuição de qualificações negativas dos produtores arraigados aos rotineiros métodos produtivos, conferindo-se ao discurso modernizador um caráter perenemente domesticador e civilizador (Mendonça, 1997:114).

A idéia da criação de uma pecuária racional e progressista, superadora do atraso e da baixa produtividade estava na base do discurso e das ações da Sociedade Goiana de Pecuária. Todavia, a liderança ruralista assumiu posições ideológicas conservadoras em relação às propostas de mudanças na organização social da produção e luta para manter a arcaica estrutura agrária no Estado. Dessa forma, seguindo tendência das associações

agrárias nacionais do período, o movimento associativo em Goiás primava-se pelo discurso em defesa da modernização técnica da produção pecuária sem alterar a forma de propriedade da terra e das relações de trabalho no campo.

O estatuto da SGP apresentado no ato de sua criação aparece como um libelo da inovação tecnológica da produção agrária. Previa-se a criação de organização de cooperativas de crédito e produção no Estado; a assistência técnica aos criadores de gado, de modo a racionalizar os métodos produtivos do setor; a colocação à disposição dos fazendeiros associados médicos veterinários para cuidar da saúde do rebanho; a organização de congressos e de exposições regionais e nacionais de animais, afim de incrementar os negócios no setor e o intercâmbio de raças bovinas no intuito de melhorar a qualidade genética do rebanho; e, principalmente, a criação de frigoríficos no Estado para a industrialização local do boi. Segundo o presidente da SGP, a criação do Banco Agropecuário do Estado e da Empresa Frigorífica de Goiás S.A seriam as principais metas da entidade que contava “*em seu seio com os mais abastados fazendeiros do Estado*”⁸.

Como se observa, a proposta de racionalizar a produção pecuária tornando-a mais eficiente e lucrativa, estava na base do discurso e das ações da SGP. Essa estratégia “progressista” do movimento identificava-se com os anseios gerais dos grandes pecuaristas e difundia-se para a classe dominante um suporte institucional e ideológico unificador de interesses. Para a liderança ruralista, “*a Sociedade Goiana de Pecuária, que tomou aos ombros o destino da sua classe levará, muito cedo, ao mais completo êxito, para a grandeza e satisfação do Estado de Goiás e do Brasil*”⁹.

Esse discurso que permeava a atuação do movimento associativo referia-se à apropriação que seus agentes faziam do processo de crescimento da produção agrária mercantil, percebido, até então, como atrasado e caótico. Procurava-se traduzir um processo real de transformações que implicava na redefinição das formas de inserção da produção agrária ao mercado. Tal discurso representava em Goiás o reflexo da política do governo central voltada para a maior integração capitalista da economia agrária.

Na verdade, como foi dito antes, a SGP com entidade de classe constituiu-se na agência de negociação e colaboração com o governo no diz que respeito ao desenvolvimento da produção e dos negócios do boi em Goiás. A meta era colaborar com a União, Estado e Município no intuito de solucionar os problemas que, direto ou indiretamente, afetavam o setor agrário regional. Pleiteava-se junto aos poderes públicos medidas fiscais e financeiras no sentido de garantir a produção e o “*justo valor do rebanho goiano*”¹⁰.

Tal proposta da associação dos produtores rurais estava em consonância com a política econômica do governo Vargas, a qual procurava intervir na expansão da produção, na formação de mercado e de preços dos bens primários. A meta era garantir a oferta regular de alimentos para a população urbana visando o desenvolvimento industrial. Em contrapartida, os pecuaristas reivindicavam incentivos financeiros à produção e a intervenção do Estado nos negócios do boi afim de equilibrar as transações comerciais inter-regionais.

Perseguindo a meta da modernização da produção agrária, a Sociedade Goiana de Pecuária, com a colaboração do governo estadual e do Ministério da Agricultura, realizou em Goiânia, em 1945, o III Congresso Pecuário do Brasil Central¹¹. O evento tratou, principalmente, de questões relacionadas ao melhoramento da pecuária regional e procurou “*demonstrar o grau de aperfeiçoamento da indústria animal das diversas zonas que constituem o oeste brasileiro*”¹². Dentre os outros assuntos, discutiu-se a padronização do tipo de gado de corte apropriado para o Brasil Central, a

nacionalização e regionalização da indústria da carne, a produção do charque e a situação do mercado interno dos produtos bovinos.

Discutiu-se ainda as formas de financiamento da produção e comercialização dos produtos pecuários. As lideranças rurais reunidas no conclave reivindicaram do Governo Federal crédito, a longo prazo, para os fazendeiros da região. O presidente do Conselho Administrativo do Congresso, Galeno Paranhos, enviou telegrama ao governo expressando as demandas financeiras do setor. *“Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas... nós fazendeiros do Brasil Central hoje reunidos na sede da Sociedade Goiana de Pecuária, afim de ouvir o relatório da comissão enviado pelo III Congresso Pecuário a essa capital no intuito de solicitar de seu patriótico governo providências para o amparo da classe ante a política monetária de combate à inflação de crédito, no sentido de valorização do cruzeiro, pedimos vênia para encarecer a V. Ex. a urgente necessidade de concessão de crédito a longo prazo, a preços módicos, com garantia real, único meio de evitarem graves e irrecuperáveis prejuízos pairando sobre os destinos de uma das principais fontes da economia nacional...”*¹³. Os pecuaristas reivindicavam, ainda, a prorrogação, por dez anos, dos contratos de financiamento da produção do gado efetuado junto ao Banco do Brasil, a juros de 5% ao ano¹⁴.

O tempo passou e o problema do financiamento da produção pecuária persistiu. Depois de uma década do III Congresso Pecuário, os fazendeiros goianos continuavam a reclamar da falta de uma política de crédito para o setor. Para os pecuaristas, os financiamentos bancários continuavam amarrados a certas padronizações que tornavam difícil para a grande massa dos produtores rurais se beneficiar do sistema de crédito existente. Faltava, às agências do Banco do Brasil, autonomia e praticamente não havia “carteira agrícola” organizada no Estado de Goiás¹⁵.

Em meio a tantas reclamações dos fazendeiros por uma política de crédito que favorecesse o setor, havia muita falcatura em relação aos financiamentos públicos da pecuária. Na verdade, historicamente os grandes produtores rurais brasileiros não cumprem seus compromissos financeiros assumidos junto aos bancos oficiais. A exemplo disso, o Senador Vitorino Freire no final dos anos 50 apresentou ao Congresso Nacional projeto de lei que propunha a renegociação da dívida dos pecuaristas junto ao Banco do Brasil, débitos que vinham se arrastando há anos, desde o Estado Novo¹⁶.

Outro problema crucial da pecuária goiana, na opinião das lideranças rurais, era a perda na comercialização do gado em pé. A venda do boi aos frigoríficos do Sudeste do país estava sujeita a uma estrutura de mercado “cartelizada” que rebaixava o preço do produto. Isto é, poucas empresas frigoríficas de São Paulo e Minas Gerais - controladas sobretudo por ingleses - monopolizavam a compra do gado de corte produzido em Goiás. Esse mercado oligopsônio impedia que os eventuais aumentos de preço da carne para o consumidor chegassem ao produtor, dificultando assim a capitalização do setor agrário regional.

*“Cansados de contribuir inutilmente para a economia estrangeira, os boiadeiros, criadores e invernistas de Goiás resolveram entrar em forma para a cooperação, afastando as sangrias dolorosas na economia coletiva e particular, com os golpes desferidos em Barretos por imperativos de negócios que só interessam os grandes capitalistas”*¹⁷.

Segundo estimativa da SGP, em 1940 a pecuária goiana sofreu perdas de aproximadamente 65 milhões de cruzeiros. No ano de 1943, quando Goiás exportou mais de 330 mil bovinos, o setor experimentava prejuízos maiores, superiores a 70 milhões¹⁸. Na opinião dos ruralistas, *“a Sociedade Goiana de Pecuária poderá ser realmente útil à economia do Estado, de um lado orientando tecnicamente os criadores, racionalizando seus métodos de trabalho, promovendo a introdução de bons*

produtores, realizando a defesa sanitária dos rebanhos, (...) além de prestar-lhes assistência financeira, encaminhando-lhes negócios rendosos, enfrentando os frigoríficos que impõem ditatorialmente os preços do gado”¹⁹.

Para os ruralistas, a solução desse problema da pecuária exigia a implantação de indústria frigorífica em Goiás. Estimava-se que no transporte das boiadas por terra e nas transações comerciais do gado, a pecuária de corte perdia entre 30 e 40% de seu real valor²⁰. Perdia-se renda e arrecadação fiscal na venda do boi em pé. O valor agregado à carne industrializada era apropriado por outras economias regionais, principalmente de Minas Gerais e São Paulo. Assim, a solução do problema passava, necessariamente, pela industrialização local do boi. Do contrário, o capital “estrangeiro”, que controlava o comércio e a industrialização da carne, continuaria acumulando a maior parte do excedente econômico produzido na pecuária goiana.

No transporte das boiadas por terra até os mercados do Sudeste, o gado chegava em “pele e osso” e ainda estava sujeito a várias doenças. *“Ao fim da labuta, após o percurso de 200, 300 léguas chega o boiadeiro ao sul de Minas, à Barretos, à zona intermediária de engorda, onde se efetiva as transações das boiadas magras, cansadas, estafadas ‘aguada’, de uma viagem feita entre a sede e a fome”²¹.* Após longa caminhada, o boi teria que permanecer “invernado”, em média, entre seis a oito meses para recuperar o peso e chegar ao ponto de abate. As conseqüências eram o aumento dos custos de produção e a desvalorização do novilho produzido em Goiás, o qual ao ser abatido nos frigoríficos do Sudeste custava mais que os similares produzidos em Minas Gerais e São Paulo e, com um agravante, havia ultrapassado a idade ideal para a boa qualidade da carne.

Na defesa da industrialização local do boi, Artiaga afirma que *“fora de Goiânia, qualquer localização de frigorífico não nos interessa, porque temos o direito de possuir, aqui, estabelecimentos destinados à industrialização dos produtos pecuários, aproveitando a capacidade industrial e o sistema de transporte de que esta capital é ponto de convergência, com o escoamento que está garantido com a próxima inauguração da estação ferroviária”²².*

Na luta pela implantação de indústria frigorífica em Goiás, o setor agrário regional esperava novamente a intervenção estatal para solucionar o problema da pecuária de forma que favorecesse a acumulação privada. No início dos anos 40, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão de planejamento econômico estadual, propunha ao Governo Federal a instalação em território goiano do “Grande Frigorífico Nacional do Brasil Central”²³. Na opinião de técnicos e políticos, a indústria frigorífica estatal visava melhorar o abastecimento interno do país e controlar a produção da carne no Centro-Oeste. Os produtores empenharam-se junto às autoridades federais para que essa indústria fosse implantada em Goiás. Argumentava-se que o Estado tinha na pecuária a sua principal atividade econômica e localizava-se na zona central do país, próximo a outros centros produtores de gado como Mato Grosso e o Triângulo Mineiro. Esperava-se que Goiânia viesse a ser a sede da indústria da carne no Brasil Central. Todavia, a queda de Vargas, em 1945, e a orientação liberal da economia brasileira no Governo Dutra inviabilizaram a proposta da criação do monopólio estatal da carne no Centro-Oeste.

Não obstante o empenho de autoridades e líderes rurais na defesa da industrialização local do boi, o Estado ainda não oferecia condições infra-estruturais apropriadas para o desenvolvimento da moderna indústria frigorífica. Faltavam energia elétrica suficiente e meios transportes adequados. A usina de Cachoeira Dourada, que supriria a carência energética da capital, inauguraria suas primeiras unidades geradoras no final do anos 50. O meio de transporte disponível e de baixo custo para o escoamento

da produção seriam os trens da Estrada de Ferro Goiás. Porém, a ferrovia em plena decadência não dispunha de “vagões-frigoríficos” para o transporte da carne. Somente no programa de reaparelhamento da linha elaborado em 1956 que se previa a aquisição de 33 unidades frigoríficas²⁴.

Assim, a liderança ruralista teria que esperar por mais algumas décadas pela indústria da carne em Goiás. Somente nos anos 60 que as primeiras unidades frigoríficas modernas foram instaladas no Estado.

As Exposições Agropecuárias de Goiânia

A exposição de animais de raça foi uma das iniciativas da Sociedade Goiana de Pecuária para promover a modernização do rebanho bovino do Estado. A exemplo das exposições agropecuárias de Uberaba, em Minas Gerais, as amostras de animais de Goiânia visavam incrementar os negócios do boi e o intercâmbio de raças entre os produtores. Além de reprodutores e matrizes das melhores raças, modernas técnicas de produção do gado são apresentadas aos pecuaristas.

A I Exposição Agropecuária, promovida pela SGP, realizou-se em julho de 1942. O evento fez parte das festividades comemorativas da inauguração de Goiânia e contou com a presença do ditador Getúlio Vargas. A nova capital foi apresentada ao país não só como a cidade moderna, construída em pleno sertão, mas também como a “vitrine” dos negócios do boi no oeste brasileiro.

“Como se espera, a Exposição, a exemplo de todas as outras solenidades que aqui se realizaram na época do ‘Batismo Cultural de Goiânia’, será filmada devendo ser exibida em todos os cinemas brasileiro”²⁵.

A II Exposição de Goiânia foi aberta em 25 de maio de 1945²⁶ concomitante ao III Congresso Pecuário do Brasil Central. Visando a melhoria genética do rebanho de corte, a Sociedade Goiana de Pecuária promoveu concursos para escolha dos melhores exemplares das raças bovinas em exposição. O gado zebu (Gyr e Guzerath), de origem indiana, se destacaria no certame e foi apontado como a melhor raça para a formação e aprimoramento do rebanho de corte do Brasil Central.

O cruzamento de raças zebuínas com o gado nativo deu origem ao tipo que ficou conhecido como “indubrasil”, espécie bovina que adaptou-se bem às condições das pastagens do cerrado e à forma de transporte das boiadas. *“Na verdade, o indubrasil é o tipo (...) mais próprio e ideal para a criação extensiva no Planalto com o fim de produção de carne. O ‘mestiço’, além da precocidade de desenvolvimento e maior peso, resiste às grandes caminhadas a que está obrigado”²⁷.*

Além da amostra dos melhores exemplares das raças bovinas, a SGP procura fazer das Exposições Agropecuárias um evento de caráter político que ressalta a “cultura do boi” em Goiás e o papel desempenhado pela pecuária na economia do Estado. Na promoção das exposições tornou-se prática convidar e homenagear Presidente da República, Governador de Estado e Ministro da Agricultura, uma forma de chamar atenção das autoridades para as demandas do setor agrário.

A história das Exposições Agropecuárias de Goiás pode ser dividida em dois períodos, antes e depois de 1950. Até então, os eventos eram realizados em locais improvisados em instalações precárias e restritos à produtores e comerciantes de gado. A partir dos anos 50, as exposições de animais passaram a ser realizadas anualmente no “Parque Agropecuário Pedro Ludovico Teixeira” construído, em 1949, para sediar os conclave do mundo rural. Nesta fase, as exposições além de transformarem-se em

grandes amostras de animais e de implementos agrícolas, adquirem um certo caráter de festa popular.

“Nestes dias que sucederam a instalação, a Exposição já se transforma num motivo de Festa Popular, sendo muito grande o número de pessoas que ali vai afim de observar os produtos expostos ou participar das organizações recreativas instaladas no Parque. A continuar nesse crescimento de ano para ano, as Exposições aludidas serão dentro em breve um acontecimento de significado nacional com o são hoje, aquelas realizadas em Uberaba”²⁸.

O desenvolvimento do setor agrário brasileiro impulsionado pelas políticas do regime militar repercutiu nas exposições agropecuárias de Goiânia. A partir dos anos 70, houve um incremento do *agronegócio* nas amostras de animais realizadas na capital do Estado. Cerca de 1.500 bovinos passaram a ser comercializados a cada evento e as exposições²⁹ tornaram-se um referencial dos negócios agropecuários no Centro-Oeste.

A partir desse período, a Exposição Agropecuária de Goiânia ganha dimensão nacional e configura-se realmente como “festa popular” passando a fazer parte do calendários cultural do Estado. Na realidade a população apropriou-se da festa da classe dominante e os eventos adquirem um caráter aparentemente democrático. Bares, restaurantes e danceterias dividem espaço com bois e implementos agrícolas nos conclaves anuais. Fala-se até que a “Festa da Pecuária” está para o goiano assim como o carnaval está para o carioca e o baiano. O evento tornou-se um referencial que ressalta a identidade sertaneja da sociedade goiana.

Esboço histórico do movimento ruralista

A atuação da Sociedade Goiana de Pecuária como entidade de classe dos produtores rurais teve duas fases distintas. A primeira, vai de sua criação em 1941 à 1945. Nesse período, o movimento associativo desenvolveu-se na esteira da legislação sindical do Estado Novo e se enquadrou no formato corporativo do governo autoritário. A entidade de classe tornou-se um canal de negociação e de participação da classe dos produtores rurais nas esferas de poder em Goiás. Segundo fonte oficial, *“a Sociedade Goiana de Pecuária não é apenas um órgão de defesa de classe, por suas altas finalidades, dentre em pouco ela será um dos poderosos auxiliares da própria administração estadual. Haja visto, exemplo, ao apoio incondicional que a entidade prestou à inauguração de Goiânia, animando e orientando os fazendeiros na organização da I Exposição Pecuária do Estado. Como se vê, a SGP é um órgão que reflete o pensamento dos pecuaristas goianos e se organizou com a superior intenção de auxiliar o Estado”³⁰.*

No Estado Novo a influência dos grupos privados no poder se faria pelos canais de acesso às instâncias decisórias, representadas por diferentes órgãos situados nos escalões intermediários da burocracia estatal. O novo estilo de participação dos segmentos sociais imposto pelo Estado, caracterizado pela representação direta dos setores empresariais em órgãos integrantes do aparelho estatal, abriria aos grupos interessados oportunidades de negociação e articulação de alianças envolvendo empresários, técnicos e funcionários governamentais (Diniz, 1983:119).

Nessa análise da estrutura sindical brasileira, o autor afirma que enquanto os órgãos de classe do empresariado industrial se adaptaram prontamente à estrutura corporativa instituídas pela legislação sindical varguista, as associações dos proprietários rurais se mantiveram recalcitrantes, alheias ao novo sistema implantado no país. Uma das mais poderosas destas associações, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), controlada pela burguesia cafeeira paulista manter-se-ia em constante conflito com as

autoridades governamentais em consequência da perda do controle sobre as decisões relativas à política do café (105). Todavia, esta não foi a real situação do movimento associativo em Goiás. Pelo contrário, a Sociedade Goiana de Pecuária nasceu nas entranhas do poder estatal autoritário e assim permaneceu até a queda do Estado Novo. A explicação está certamente no fato que a economia agrária goiana estava voltada para o mercado interno e a aproximação das lideranças rurais com o poder visava buscar privilégios fiscais e financeiros para o setor.

De acordo com os princípios doutrinários do corporativismo, o Estado quando não se comportava como agente econômico direto, deveria dirigir, mediante as organizações de classes, a mobilização de capitais para as regiões atrasadas e setores produtivos que urgia desenvolver. Com relação ao incremento da produção rural, a Carteira de Crédito Agrícola sustentaria o esforço empresarial, canalizando-lhe recurso financeiro e servindo de instrumento para controlar politicamente a classe patronal (Vianna, 1989:214). Em contrapartida, os empresários utilizavam-se de suas entidades, legalmente constituídas como canais de acesso às instâncias decisórias do governo, para negociar e pressionar a burocracia estatal por mais concessões, principalmente fiscais e financeiras.

Dessa forma, o movimento associativo dos pecuaristas goianos, nessa primeira fase, enquadrou-se perfeitamente nesse sistema de organização econômica e política que envolvia a classe patronal e o Estado. A SGP constituiu-se na principal agência de negociação com a burocracia estatal no que diz respeito aos problemas da pecuária regional. O estatuto da entidade foi elaborado calcado nos princípios do Estado intervencionista. Esperava-se do poder público apoio econômico e financeiro à produção, incentivos à formação de mercado e a solução de conflitos nas transações comerciais inter-regionais. Isto é, os ruralistas reivindicam do governo ações políticas no sentido de acelerar a modernização e a integração capitalista da economia agrária.

Em outras palavras, os fazendeiros esperavam do Estado privilégios financeiros e fiscais que socializassem as perdas da atividade pastoril nos períodos de queda no preço do boi. Ou seja, os lucros da pecuária continuariam apropriados de forma privada e, nas fases de retração da atividade, os prejuízos do setor seriam divididos com a sociedade.

A segunda fase do movimento ruralista goiano tem início no Governo Dutra, quando no Brasil as relações entre Estado e sociedade civil foram redefinidas segundo os preceitos liberais. Nesse período, a “politização” da economia agrária tende a se ampliar e o movimento associativo rural assume posições políticas radicais em relação às políticas do governo federal. O Estado desenvolvimentista havia decidido pelo apoio irrestrito à indústria de substituição de importações e adotara uma política de confisco de parte renda do setor agrário.

Com afrouxamento do corporativismo estatal a Sociedade Goiana de Pecuária redefiniu sua posição política como entidade de classe, distanciando-se um pouco do aparelho estatal como canal de negociação e de acesso ao poder. Seguindo tendência de suas congêneres nacionais, a associação dos pecuaristas assumiu posições mais críticas em relação à política econômica do governo central. Porém, em relação às articulações políticas regionais a entidade continuou influenciado decisivamente na formação do bloco no poder em Goiás.

Uma lei federal de 1945 mudara o formato das associações agrárias e subordinava as federações estaduais à Confederação Rural Brasileira. A partir daí, as manifestações ruralistas aumentaram significativamente no país. Em 1955, o número de associados em todo Brasil cresceu em 25% relativamente ao ano anterior e em 1961 o número teve um acréscimo de 28%³¹. O movimento associativo rural que desenvolveu

nesse período tinha uma direção política orientada predominantemente para o controle do Estado, isto é, para o domínio do instrumento público fundamental do desenvolvimentismo. O engajamento dos ruralistas nas corporações e ações reacionárias colabora nas mudanças do regime político em 1964 e foi diretamente inspirado na intenção de alterar a composição política do Estado, de modo a influenciar nas suas diretrizes econômicas (Martins, 1975:69).

O crescimento de entidades representativas dos produtores rurais, nesse período, é visto como decorrência do aumento da inflação e da deterioração das relações de troca entre campo e cidade. Isto mostra que a expansão do associativismo agrário evidenciava a adesão não só a uma organização formal, mas, acima de tudo, a um movimento social cujos objetivos adquiriam conotações econômicas e políticas.

O Estado populista brasileiro implementara uma política de desenvolvimento econômico desigual para o país, subordinando a agropecuária aos ditames do setor urbano-industrial. O setor agrário organizado reagiu a esse modelo de desenvolvimento econômico que transfere renda e forças produtivas do campo para cidade, estruturando e reforçando movimentos associativos na tentativa de atenuar a descapitalização dos estabelecimentos agrários.

A “politização” da economia agrária goiana foi aparentemente contraditória. Todavia, esse paradoxo representou as condições de sua reprodução como setor hegemônico da classe dominante. Por um lado, a liderança ruralista sustenta um discurso modernizador da produção pecuária e implementa ações no sentido de se promover uma maior integração capitalista do setor. Por outro, assumiu postura político-ideológica reacionária em relação às propostas de reforma da estrutura fundiária e das relações de trabalho no campo, opondo-se a quaisquer mudanças nesse sentido.

Apesar dos esforços da política populista em incorporar o trabalhador rural ao projeto desenvolvimentista em curso no país, a legislação trabalhista do governo Vargas passou ao largo do homem do campo. Porém, na opinião de Reis, o “... o *anti-projeto regulador da sindicalização dos trabalhadores rurais autônomos, bem como dos empregados e empregadores, de atividades agrárias, vem, finalmente, incorporar, organizar, definir a posição de uma classe, de básica significação econômica para o país, dentro da harmonia das outras classes e em face da esfera governamental*”³².

Contrariando esse discurso populista em defesa da sindicalização do homem do campo, o artigo 7º da Consolidação da Leis Trabalhistas, publicada em primeiro de maio de 1943, atendendo às pressões dos grandes proprietários rurais, declara que os preceitos constates da presente Consolidação não se aplicam “*aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligada à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividade que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalho ou pela finalidade de suas operações, se classefiquem com industriais ou comerciais*”.

Em Goiás, os fazendeiros se posicionaram contra quaisquer mudanças no sentido de perturbar a “ordem natural” do trabalho sertanejo. Para Loyola, “*fixar salário para o trabalhador do campo significa uma mudança radical em seu modo de viver, muito pior ainda será se o governo entender de estabelecer horas de servir para os trabalhadores rurais. O lavrador, o vaqueiro jamais poderão trabalhar sob o regime de hora certa*”³³.

Essa posição reacionária dos ruralistas, opondo-se à quaisquer mudanças sociais na estrutura agrária do Estado, tornou-se mais evidente no início dos anos 60 quando representantes da classe foram ao Palácio das Esmeraldas encaminhar “manifesto” ao Governo Estadual exigindo firmeza contra as propostas de reforma agrária em discussão no país³⁴.

Aliás, essa posição política conservadora foi uma tendência das associações rurais brasileiras desse período, as quais tiveram apoio na grande imprensa. O *Estado de São Paulo* se apresentava hostil às mudanças sociais abruptas na agricultura, condenando a extensão da legislação trabalhista ao campo, e conclamando a classe proprietária a bloquear tais medidas: “*Como se pode pretender aplicar a Consolidação das Leis do Trabalho aos que militam na lavoura, se a muitos de seus dispositivos, nos meios urbanos, deve ser atribuída a inútil discórdia que se estabelece entre patrões e empregados? (...) É preciso que as classes ligadas à lavoura entrem em ação para impedir que a loucura seja perpetrada. Do operariado nacional, o mais atrasado, o que mais confortadamente vive é exatamente o que trabalha nos campos, nas lides da agricultura. Estes homens precisam ser objeto de atenção e receber melhor tratamento. Daí não segue, porém, que se deva outorgar estabilidade ao carroceiro e ao tirador de leite, ao colono, ao carpinteiro, ao camarada incumbido de pequenas tarefas agrícolas*”³⁵.

A luta pela aprovação da proposta de extensão das leis trabalhistas ao campo, enviada ao Congresso Nacional pelo governo Vargas em 1954, foi árdua e marcada pelo insucesso. Na época, órgão da imprensa vêem-na, seja como um mero derivativo das medidas de Reforma Agrária (com desapropriação por motivo social) como é o caso do *Correio da Manhã*³⁶; seja como medida inviável e demagógica, que desloca a questão agrária de seu verdadeiro cerne, que era o aumento da produtividade, para o qual, segundo *O Estado de São Paulo*³⁷, o governo permanecia indiferente em sua política sistemática de confisco cambial e desestímulo à agricultura. Esta era a opinião, também, da Sociedade Rural Brasileira, e, posteriormente, da Confederação Rural Brasileira.

Camargo (1983:157) afirma que durante o governo Kubitschek o clima político em relação às mudanças sociais no campo agravou-se. Embora alguns partidos, com o PSB e bom número de deputados de diferentes agremiações estivessem empenhados em aprovar medidas inovadoras e “progressistas”, os partidos que constituíam a coalizão situacionista (PSD e PR) foram importantes focos de resistência às mudanças no campo. O próprio PTB estava sujeito a fissuras internas que tornaram inviável, naquele momento, a extensão da Legislação Trabalhista ao campo. Em agosto de 1956, o “bloco ruralista” de PSD golpeia o pedido de urgência para a votação do projeto e falava-se em “eleitoralismo agrário”.

Goiás é uma das unidades da federação onde a propriedade da terra está mais concentrada. Com uma baixa densidade populacional o Estado caracterizava-se, até os anos 60, como um espaço agrário onde havia uma *população sem terra numa terra despovoada*. O aumento do número de estabelecimentos rurais, após 1940, não alterou as bases dessa estrutura fundiária³⁸. Pelo contrário, a especialização desenvolvida na agropecuária reforçaria o latifúndio como forma de propriedade, “refuncionalizando” a tradicional estrutura de produção no campo a serviço do mercado. Esse aumento do número de estabelecimentos rurais ocorreu mais pela ocupação de novas áreas na fronteira que pelo fracionamento das grandes propriedades. É importante considerar, ainda, que a natureza social e ideológica do poder estatal garantia a reprodução dessa arcaica estrutura agrária e qualquer ação política no sentido de transformá-la seria bloqueada no parlamento ou reprimida pela força policial.

Para Bertran (1988:101), “*enquanto em 1950/1960 a solução do mundo rural em Goiás passava pelo teste de pequena propriedade para os anos seguintes, com a nova fronteira aberta com as estradas radiais de Brasília, passava-se a propor o problema inverso, da ocupação de grandes áreas por população agora escassa*”.

Na verdade, a possibilidade de multiplicação da pequena propriedade só se materializaria temporariamente em algumas áreas de fronteira. A pequena produção em

momento algum se generalizou ou foi colocada pela “classe dirigente” como solução para a questão agrária em Goiás. Pelo contrário, o que houve foi uma maior concentração da propriedade da terra com a expansão da fronteira agrícola no Estado.

A partir dos anos 40, houve muita propaganda política dos assentamentos oficiais baseados na pequena produção no Oeste brasileiro. Porém, serviu mais para legitimar poder estabelecido e menos como prática política governamental no sentido de mudar a estrutura agrária na região. A expansão da *frente pioneira* patrocinada pelo Estado consolidou a grande propriedade fundiária expulsando continuamente para as áreas de fronteira o pequeno produtor, sobretudo na condição de posseiro ou ocupante de terra devoluta.

A permanência dessa estrutura agrária tradicional numa economia que se especializava para o mercado foi a forma pela qual se viabilizou o processo produtivo na pecuária goiana. A atividade pastoril extensiva tinha “fome” de terra. O crescimento do rebanho de corte necessitava de grandes áreas para se desenvolver. A pastagem natural do cerrado é pobre e a taxa de suporte de bovinos por hectare é muito baixa. Assim, o caráter da especialização da economia agrária regional, que privilegia a produção bovina, ajuda a explicar a formação e reprodução da estrutura fundiária altamente concentrada no Estado.

É importante ressaltar ainda que a pecuária extensiva foi a atividade econômica utilizada na ocupação de grandes áreas na fronteira. A criação de gado com baixo investimento de capital reduzia os custos da ocupação do espaço agrário e garantia a posse das terras públicas. Para as lideranças rurais, o predomínio da pecuária na economia regional por si só “justificava” a formação e manutenção da grande propriedade da terra em Goiás.

Quanto as relações de trabalho no campo, embora existissem em Goiás até 1960 regimes de trabalho diversos, a maioria baseavam-se principalmente na “agregação”, cuja característica principal era a exploração e opressão do “peão” ou “camarada”. O monopólio da terra pelo grande proprietário permitia a continuidade não só de regimes de exploração do trabalhado, como também de sistema de dominação política e de manifestação de poder pessoal na figura do fazendeiro.

A “agregação” definia para o trabalhador rural, em seguidas gerações, uma concepção de que a terra é um espaço alheio ao seu domínio. A terra é vista como um espaço do fazendeiro. Enfim, a terra é um bem do patrão, onde o trabalhador diversamente identificado, “ajusta-se” numa relação social nem sempre assentada em bases contratuais. Havia apenas o “trato” onde fazendeiro e “camarada” definiam, assim, um mundo estratificado pela posição social de cada um no processo de produção (Brandão e Ramalho, 1986:152/153).

Nas fazendas de gado as relações de trabalho eram um pouco mais diversificadas, iam do tradicional regime de “camaradagem” à remuneração em dinheiro do “vaqueiro” responsável pela reprodução do rebanho. O sistema de “terça” ou de “quarta” era muito adotado no criatório goiano. Nessa modalidade de relações de trabalho o “peão” recebia uma porcentagem da produção anual do gado. Em geral estabelecia-se, no “trato”, um terço ou um quarto das crias como pagamento ao responsável pelo manejo do rebanho.

Esse ordenamento do mundo rural era defendido pelas mesmas forças sociais que exibiam um discurso modernizador das técnicas de produção no campo e lutavam pela maior inserção da economia agrária ao mercado. O paradoxo aparentemente estabelecido que, historicamente, permeou o processo de rupturas e permanência nas estruturas da sociedade agrária goiana, fazia parte das contradições de uma economia que subordinava-se, cada vez mais, ao capital a nível das relações comerciais.

Em última análise, o *movimento ruralista* em Goiás representou, por um lado, a “politização” da economia agrária e contribuiu para a modernização e maior capitalização do setor. Por outro, a entidade de classe tornou-se instrumento político e ideológico dos grandes proprietários de terra, respaldando as ações reacionárias dos fazendeiros contra as mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo.

Nos anos 80, com o acirramento dos conflitos fundiários o movimento associativo agrário radicalizou-se em Goiás com a criação da “União Democrática Ruralista” (UDR). Sob a liderança do pecuarista goiano, Ronaldo Caiado, a organização ultra-conservadora assumiu o discurso e as ações contra a reforma agrária no país.

NOTAS:

¹ Artiaga, Zoroastro. Economia Goiana. *Correio Oficial*, Goiânia, 09 jul. 1942. Artiaga era líder ruralista e “intelectual orgânico” do poder em Goiás.

² IBGE. Departamento Estadual de Estatística. *Boletim Estatístico*, Goiânia, n. 16, nov. 1945.

³ IBGE. *Anuários Estatístico do Brasil*.

⁴ Ministério da Agricultura, *Serviço de Estatística da Produção*, 1955.

⁵ *Correio Oficial*, Goiânia, 18 jul. 1941.

⁶ Idem.

⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 jul de 1941.

⁸ *Correio Oficial*, citado, 21 jul. 1943.

⁹ Artiaga, Zoroastro. A Economia Rural. *Revista Oeste*, Goiânia, jan. 1944.

¹⁰ Idem.

¹¹ *O Social*, Goiânia, 17 mai. 1945.

¹² Idem.

¹³ *O Social*, citado, 09 ago. 1945.

¹⁴ *O Social*, citado, 01 nov. 1945.

¹⁵ *O Popular*, Goiânia, 15/16 nov. 1958.

¹⁶ *O Popular*, citado, 25 jan. 1958.

¹⁷ Artiaga, Zoroastro. Economia Rural. *Revista Oeste*, citada, jan. 1944.

¹⁸ *Correio Oficial*, citado, 16 mar. 1944.

¹⁹ *Correio Oficial*, citado, 24 jun. 1941.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² Artiaga, Zoroastra. Economia Rural. *Revista Oeste*, citada.

-
- ²³ Goiás. Relatório apresentado ao Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Federal no Estado, Pedro Ludovico Teixeira, 1940-1942, p. 20.
- ²⁴ *Revista Ferroviária*, Rio de Janeiro, 1957, p. 67.
- ²⁵ *O Popular*, citado, 15 mar. 1942.
- ²⁶ *O Social*, citado, 17 mai. 1945.
- ²⁷ *Goiás - Uma Nova Fronteira Humana*. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, 1949, p. 46.
- ²⁸ *O Popular*, citado, 14 mai. 1953.
- ²⁹ *História da SGPA*. www.sgpa.com.br/história4.
- ³⁰ *Correio Oficial*, citado, 08 agos. 1942.
- ³¹ IBGE – Conselho nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*
- ³² Reis, Vascos dos. Sindicalização Rural. *Revista Oeste* (17), citada, jun. 1944.
- ³³ Loyola, Cleumar de Barros. *Brasil Central*, Goiânia, 01 jan. 1957.
- ³⁴ *Folha de Goiás*, Goiânia, 29 dez. 1961.
- ³⁵ *O Estado de São Paulo*, SP, 31 mai. 1956.
- ³⁶ *Correio da manhã*, citado, 04 ago. 1956.
- ³⁷ *O Estado de São Paulo*, 09 set. 1956.
- ³⁸ IBGE. Censo Agropecuário de 1950.

Bibliografia

- Artiaga, Zoroastra. *Economia goiana no setor da agricultura e pecuária*. Goiânia: edição do autor, 1946.
- Bertran, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- _____. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Goiânia: Editora da UCG, 1988.
- Borges, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- Brandão, Carlos R., Ramalho R., José. *Campesinato goiano*. Goiânia: Ed. da UFG, 1986.
- Camargo, Aspásia de Alcântara. Questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1984). In Boris Fausto (org.) *Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)*, HGCB, tomo III, vol. 3°. São Paulo: DIFEL, 1983:123-224.
- Diniz, Eli. Estado Novo: Estrutura de poder e relações de classe. In Boris Fausto (org.) *O Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)*, HGCB, tomo III, vol. 3°, 1983:79-120.
- Gonçalves Neto, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Graziano da Silva, Jose. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Machado, Maria Cristina. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.
- Martins, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- Mendonça, Sônia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Silva, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1996.

Sorj, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Vianna, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo Governo Vargas. In Marcelo de Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso. cem anos de política econômica republicana – 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989: 210-244.